

Juventude e Família na Contemporaneidade: Um Desamparo Sem Fim?

*Youth and family in the contemporary world:
an endless helplessness?*

Bianca Bergamo Savietto¹

Universidade de São Paulo, São Paulo. Brasil

Resumo

Este artigo, fundamentado na Psicanálise, pretende explorar a temática da adolescência/juventude inserida no contexto cultural e familiar contemporâneo. Analisamos, portanto, aspectos ligados a tal temática que são próprios ao âmbito mais abrangente da cultura, mas privilegiamos aqueles concernentes ao meio familiar da atualidade. Abordamos a questão da progressiva fragilização da autoridade simbólica nesse meio, apontando consequências do processo que culminou nessa fragilização tanto para os jovens da contemporaneidade quanto para suas figuras parentais – e, sobretudo, para as relações entre eles. O que visamos, fundamentalmente, é destacar possíveis entraves aos processos de subjetivação desses jovens e à sua entrada na vida adulta. Apontaremos ainda que tais entraves concorrem para o estabelecimento de adicção às drogas.

Palavras-chave: Juventude, Família, Desamparo, Drogadicção

Abstract

This article, based on Psychoanalysis, intends to explore the issue of adolescence/youth inserted in the contemporary context of culture and family. We analyzed, therefore, aspects related to such issue which are pertinent to the broader level of culture, but we highlighted those which regard the contemporary family. We approached the issue of the progressive weakening of the symbolic authority in this environment, suggesting consequences of the process which culminated in this weakening both for the contemporary youth and for their parents – and, moreover, for the relations between them. We aimed, essentially, at highlighting possible obstacles to the processes of subjectivation of these young people and to their entrance in adult life. We will also demonstrate that such obstacles participate in the establishment of addiction to drugs.

Keywords: Youth; Family; Helplessness; Drug Addiction

¹ Contato: biancasavietto@yahoo.com

Em se tratando dos adolescentes inseridos no contexto cultural e familiar da atualidade, algo parece destacar-se: a existência de uma “adolescência encruada que se prolonga anos a fio” (Figueiredo, 2006, p. 63) e que nos leva a observar, em sujeitos que poderiam ser denominados jovens adultos, um modo de funcionamento psíquico característico da adolescência. Diante disso, privilegiaremos, ao longo do presente trabalho, a noção de “juventude”, a fim de abranger tanto os adolescentes quanto os jovens adultos “encruados”. Entretanto, guardaremos, ainda, o termo adolescência/adolescentes para certos processos, certas repercussões psíquicas geradas precisamente pela chegada do sujeito à etapa pubertária, e certas “tarefas” próprias dessa fase – por mais que, como afirmamos, esses processos e repercussões pareçam estar tendendo a ultrapassar os limites da adolescência. Quando esse for o caso, manteremos o uso da noção de “juventude”.

Na direção do atual prolongamento da adolescência, notamos na literatura recente que considerável parte dos casos clínicos abordados trata de sujeitos com mais de 19 anos¹ (Birraux, 2007; Eiguer, 2001; Baranes, 2002). Joel Birman (2008) também utiliza, como nós, os termos “juventude” e “jovens”, visando a englobar tanto os adolescentes quanto os jovens adultos, já que, segundo o próprio autor, essa diferenciação vem se esvaecendo de modo progressivo.

É deste jovem “encruado” da contemporaneidade, e da família em que

emerge e se desenvolve esse sujeito, assim como do lugar de destaque que a juventude ocupa no contexto cultural atual, que trataremos aqui. Além disso, buscaremos articular tais questões com a intensificação do fenômeno da drogadicção entre os jovens da atualidade.

Contribuições sobre o prolongamento da adolescência

Luís Cláudio Figueiredo (2006) tangencia a temática do prolongamento da adolescência num trabalho em que, baseando-se no filme “A vida sonhada dos anjos²”, discute a questão do encerramento da complexa travessia adolescente, analisando duas possibilidades de saída: uma para a vida e outra para a morte.

Ao analisar a trajetória de uma das protagonistas do filme, Figueiredo (2006) julga que o encerramento da adolescência dessa jovem esteve marcado pela abertura de um caminho para a vida. Porém, apesar de perceber a prevalência de ligações – características da vida – na saída da adolescência da jovem, o autor percebe também o desaparecimento de aspectos como a esperança, a rebeldia, a mobilidade, a disponibilidade e a alegria. A protagonista, em cuja adolescência esses aspectos tinham estado fortemente presentes, parece não ter conseguido fazer sua saída para a vida coincidir com a sobrevivência de tais elementos. Diante disso, se interroga:

Será que a saída da adolescência para a vida comporta sempre tamanha perda? Se assim

² *La vie rêvée des anges* (1998), filme de Erick Zonca.

fosse, seria esta, talvez, uma boa explicação para este prolongamento interminável da adolescência que vai se tornando endêmico na sociedade contemporânea. Quem vai querer ser adulto neste mundo seriado? (p. 67).

Figueiredo (2006), portanto, sugere como explicação para o atual “encruamento” da adolescência o desejo de não perder elementos como o nomadismo, a alegria e a curiosidade, que afirma estarem sendo perdidos no processo de “adultização” dos sujeitos das sociedades contemporâneas devido à serialização que aí tem lugar. Se tanto a saída da adolescência para a morte quanto a sua saída para a vida implicam a impossibilidade de sobrevivência da “[...] vida sonhada dos anjos, a vida feita de esperanças, rebeldia, mobilidade, disponibilidade [...]” (p. 67), a não saída parece figurar como possível “solução”.

Joel Birman (2006) também aborda a questão do alongamento da adolescência. Em artigo sobre a juventude na atualidade, ele articula a extensão da adolescência para “além dos limites desejáveis” (p. 39), e a conseqüente invasão da vida adulta pela condição adolescente, à disseminação da violência urbana e à impossibilidade de ir e vir no cenário urbano. Com a circulação restrita a espaços protegidos como a escola, a casa e áreas de lazer vigiadas, os jovens não teriam como adquirir o domínio do espaço público nem como aprender a se protegerem. Uma fragilização psíquica desses jovens seria, então, engendrada. Inseridos, dessa forma, em espaços excessivamente preservados e sem o aprendizado acerca do como “se virar”

(*ibidem*), o jovem atual encontrar-se-ia infantilizado. A fragilização psíquica e a infantilização representariam, assim, entraves à “superação” da condição adolescente e à assunção da vida adulta.

A fragilização psíquica dos jovens também estaria ligada à precariedade de investimentos que estão em jogo nas relações entre pais e filhos das famílias atuais. Em virtude da busca de projetos existenciais singulares, as mães distanciaram-se da ordem familiar, sem que sua relativa ausência tivesse sido necessariamente suprida por maior presença paterna. A carência da presença e do investimento das figuras parentais gera fragilidade afetiva que não pode ser compensada por empregados, pela televisão, pelo preenchimento de tempo com atividades complementares à escola ou mesmo pelas relações que se estabelecem nas atividades escolares e extraescolares. O sentimento de “abandono” é “o maior efeito disso” (Birman, 2006, p. 37), contribuindo sobremaneira para a instauração da fragilização psíquica que atrapalha o tornar-se adulto por parte de nossos jovens.

Ainda nesse mesmo artigo, Birman (2006) desenvolve, sobre a alteração da temporalidade da juventude, algumas ideias retomadas posteriormente (mais precisamente, dois anos depois): uma delas diz respeito à diminuição progressiva de oportunidades no mercado de trabalho para a população de jovens. Tal limitação interferiria diretamente na oferta de subsídios para que os jovens possam deixar as casas de seus pais e trilhar seus próprios caminhos. No ensaio de 2008, baseando-se

em dados acerca da exclusão dos jovens do mercado de trabalho e, também, na perspectiva de piora dessa situação diante da falta de sólidas políticas sociais que a ataquem de frente, Birman afirma que “[...] a população jovem é um dos segmentos sociais mais atingidos pelo processo de globalização da economia internacional” (p. 84).

Às contribuições de Figueiredo (2006) e de Birman (2006, 2008), gostaríamos de acrescentar a elaboração de mais uma via explicativa para o melhor entendimento desta questão da atual extensão da condição adolescente.

A consolidação do processo de subjetivação do adolescente envolve tarefa extremamente árdua, mas imprescindível: o abandono dos pais da vida infantil. Protetores altamente idealizados, objetos dos quais depende a vida da criança, além de objetos de desejo, a renúncia a esses pais comporta significativo remanejamento do referencial identificatório. Para que o adolescente possa remanejar o investimento dos objetos primários, isto é, para que possa estabelecer identificações secundárias que lhe permitam forjar uma identidade adulta, é indispensável a construção de outros modelos, diferentes dos parentais. A reorganização relativa às identificações, em jogo na adolescência, envolve, portanto, a elaboração do luto das figuras parentais da infância (Knobel, 1981; Cardoso, 2001; Pinheiro, 2001).

A via de explicação do atual “encruamento” da adolescência parte da hipótese de que pode estar havendo forte

resistência, por parte dos jovens, ao trabalho de luto dos pais infantis. Quando, na ocasião da adolescência, essa resistência entra em jogo, o remanejamento das identificações é dificultado, preponderando, em seu lugar, a manutenção de vigoroso vínculo com os pais idealizados, absolutos e onipotentes da infância. Essa resistência contribui, portanto, para a manutenção de um funcionamento mental infantil, essencialmente narcísico.

O ego tende a não suportar o desprazer, a recusar o adiamento do prazer imediato e a mobilizar defesas arcaicas (por exemplo, as passagens ao ato) para se livrar da angústia. Se tomarmos em consideração o possível recurso ao alívio imediato da tensão, poderemos remeter-nos ao fenômeno da drogadicção. A onipotência narcísica, incessantemente buscada quando esse modo de funcionamento mental está em jogo, costuma ser garantida pelo efeito do uso abusivo de substâncias tóxicas.

Nesse sentido, é relevante notar que, no plano fenomenológico, a preferência dos jovens está cada vez mais voltada, atualmente, para o consumo de *ecstasy*. Essa droga é descrita por seus usuários como uma “pílula da felicidade” que intensifica a sensorialidade e promove algumas horas de sensação de completude. Nossos jovens a “apelidaram” de “bala”: considerando nossa temática do prolongamento da adolescência, não poderia haver “apelido” mais pertinente para o *ecstasy*, substância que permite ao adolescente “encruado” fazer uma “viagem” de volta à infância onipotente.

Desde o ano de 2006, jornais de

circulação nacional começaram a abordar insistentemente o fato de que estaria havendo “uma explosão do consumo de drogas sintéticas” (O Globo, 1º de dezembro de 2006, p. 17) por parte dos jovens. O jornal O Dia, de 6 de abril de 2008, publicou caderno especial dedicado à temática do consumo de *ecstasy*, no qual afirma que, “segundo a última pesquisa da Organização das Nações Unidas, o Brasil tem 480 mil jovens dependentes da droga” (p. 29). Esse caderno especial traz ainda a seguinte informação: “Os números da Polícia Federal demonstram o crescimento do consumo de *ecstasy* no Brasil. De acordo com os dados das apreensões, de 2002 até o ano passado, a evolução chega quase aos 3.000%” (p. 32).

Retomando o que vínhamos elaborando, procuramos sustentar que a resistência ao trabalho de luto dos pais infantis representa obstáculo ao remanejamento das identificações e, por conseguinte, à manutenção de estreito vínculo com a onipotência narcísica e o absoluto, próprios à infância.

Há momentos na marcha da existência, e a adolescência é nisso paradigmática [...], em que os laços com objetos e as identificações precisam ser parcialmente desmanchados e reconstituídos. A chamada ‘pulsão de morte’, com seus efeitos desligantes, exerce então uma função decisiva e, paradoxalmente, vitalizadora. Este não é o momento das costuras, mas, predominantemente, dos rasgos e dos recortes (Figueiredo, 2006, p. 64).

Porém, a oposição ao luto dos pais infantis, que estamos examinando, faz com que o adolescente permaneça preso, “costurado” às figuras parentais da infância,

dificultando, assim, o desmanche desses laços e a reorganização relativa às identificações; portanto, dificultando os “rasgos” e “recortes” fundamentais para que esse momento da marcha da existência seja atravessado e “superado”. Figueiredo (2006) acrescenta:

Estamos tão acostumados a tratar a adolescência como ‘problema’ que nos esquecemos do potencial de transformação que ela comporta e que, necessariamente, passa pelo estilhaçamento de vínculos e identificações, passa pelos estados-limite e por seus agudos sofrimentos. Mas que também inclui um potencial de sonho, esperança verdadeira, experimentação, alegria e transformação que não podem ser desperdiçados (p. 69).

Creemos que este embaraço ao despedaçamento dos vínculos e das identificações infantis engendra o enfraquecimento do “potencial de sonho”, próprio da adolescência, e o fortalecimento de um potencial mortífero, destrutivo. Nesse sentido, Figueiredo (2006) sublinha que a liberdade para a vida depende da elaboração do luto do objeto, o que reforça nossa ideia acerca da resistência ao luto objetal como atravancadora da libertação para a vida e geradora de possível aprisionamento à destruição e à morte.

Enxergamos o estabelecimento de adicção às drogas como uma das possíveis manifestações desse potencial mortífero, dessa presença objetal maciça e contínua, que tem lugar quando a resistência ao trabalho de luto está em jogo. Em inúmeras reflexões sobre os casos limites, encontramos o desenvolvimento de articulações entre as saídas não-representacionais (como os adocimentos

psicossomáticos e as condutas adictivas, por exemplo) – por trás das quais “esconde-se” a dimensão do traumático, o campo do irrepresentável e, logo, a existência de violência psíquica radical – e uma presença objetual maciça e contínua³.

Visando, ainda, a levar adiante nossa investigação acerca da problemática do alongamento da adolescência, apresentaremos as elaborações teóricas de alguns autores sobre a existência de exacerbada valorização da adolescência na cultura contemporânea, buscando demonstrar a estreita relação desse ponto com tal problemática.

A idealização da adolescência no cenário cultural contemporâneo

Vimos que Birman (2008) escreve sobre a busca de projetos existenciais singulares pelas mães dos dias atuais e sobre o não-suprimento da relativa ausência materna no lar por maior presença paterna – já há muito os pais gozavam do “direito” de ter seus próprios projetos. Hoje, então, ambas as figuras parentais buscam realizar tanto seus próprios projetos existenciais quanto seus próprios desejos. Trata-se da sustentação de um ideal de experimentação permanente, encarnado num estilo adolescente de existência, que vem se propagando pelo espaço social.

Se Birman (2008) fala em ideal de

experimentação permanente, Ana Paula Rongel Rocha e Cláudia Amorim Garcia (2008) falam em ideal de liberdade, difundido como um dos valores mais caros ao cenário cultural contemporâneo. Segundo essas autoras, a transitoriedade identitária e a mobilidade estão de acordo com o ideal de liberdade, já que a manutenção do fluxo de identidades múltiplas representa liberdade de escolha para o movimento, para o estabelecimento de relações com os mais diversos tipos de pessoas e para a admissão dos inesgotáveis estilos oferecidos como possibilidade pela lógica do consumo. Que figura encarna melhor a transitoriedade identitária, a mobilidade e o ideal de liberdade, enfim, que o adolescente?

Em entrevista realizada por Marta Rezende Cardoso sobre a experiência da adolescência e a juventude contemporânea, Jurandir Freire Costa declara: “[...] acho que a dificuldade em se falar da ‘juventude’ é que ela própria tornou-se um ícone da moral do espetáculo. Ou seja, de condição de mudança, a ‘juventude’ passou a ser ‘um objetivo da mudança’” (Cardoso, 2006, p. 19). Apoiados no que estamos observando como a sustentação de um ideal de experimentação permanente ou como o ideal de liberdade propagado como um de nossos valores mais preciosos, pensamos ser pertinente, inspirados na declaração de Costa, afirmar que a possibilidade de mudança passou a ser objetivo ímpar, ideal almejado, e a adolescência, com seu essencial caráter de condição de mudança, tornou-se o maior símbolo desse ideal.

Rocha e Garcia (2008) ressaltam a

³ Remetemos o leitor aos desenvolvimentos teórico-clínicos de André Green acerca dos casos limites (suas contribuições sobre os casos limites são fundamentais para o pensamento psicanalítico contemporâneo), assim como à coletânea “Limites”, organizada por Cardoso (2004).

importância da lógica do consumo – a qual, juntamente com o culto à liberdade, vigora no cenário cultural contemporâneo – para a instituição do olhar idealizado que dirigimos atualmente à adolescência. Além de forte mercado consumidor, os adolescentes transformaram-se num grande apelo de *marketing*; seus *looks*, suas “tribos” (*hippie*, *grunge*, “patricinha/mauricinho” etc.), suas opções de lazer e seus gostos culturais tornaram-se objeto de profundo interesse de *marketing*, sendo convertidos em mercadorias, colocados à disposição de todos, independentemente da faixa etária, e vendidos “como tudo que é bom, belo e revolucionário” (p. 627).

O estilo adolescente de existência, experimentador, livre, móvel, passou a ser assim intensamente desejado, e ao mesmo tempo disponibilizado nas prateleiras contemporâneas. O universo *teen*, elevado à categoria de ideal, invadiu o imaginário dos adultos; Maria Rita Kehl denomina essa difusão dos ideais *teen* pelo tecido social e o seu compartilhamento por adolescentes, jovens adultos e adultos como a “teenagização” da cultura ocidental (conforme citado por Rocha & Garcia, 2008). Contardo Calligaris, no “III Dossiê universo jovem” (programa transmitido pela MTV em 2006), expôs que, alçada a valor máximo, a juventude vem sendo penosamente buscada por aqueles que dela já se afastaram; os que ainda a possuem, lutam freneticamente para mantê-la (conforme citado por Haag, 2007).

Ainda de acordo com Calligaris, a manifesta idealização da adolescência pelos

adultos gera o seguinte problema: fica visível para os adolescentes que os adultos desejam ser como eles (conforme citado por Haag, 2007). Entendemos isso como um problema, uma vez que, diante disso, a questão que se apresenta para o adolescente é: por que, então, “dar entrada” no mundo dos adultos se eles próprios aí não gostariam de estar? Vimos no tópico anterior que Figueiredo (2006) formula: “Quem vai querer ser adulto neste mundo seriado?” (p. 67). Inspirando-nos nessa formulação, podemos aqui indagar: quem vai querer ser adulto neste mundo “teenegizado”?

A reflexão acerca do atual prolongamento da adolescência levou-nos, então, a examinar o estabelecimento da adolescência como ideal cultural contemporâneo. Assistimos atualmente ao fenômeno de diferentes gerações compartilhando comportamentos, inclinações, roupas e programas. Segundo Rocha e Garcia (2008), nos Estados Unidos cunhou-se o termo *grups* (condensação de *grown-up*, que em inglês significa “crescido” ou “adulto”) para nomear adultos que vivem e se vestem como jovens. Por assumir o mesmo estilo, os mesmos comportamentos, as mesmas inclinações e fazer os mesmos programas, os *grups* formam, juntamente com os jovens, um único segmento de mercado, o qual se diferencia somente daquele das crianças e do dos idosos.

A reportagem na qual se apoiam Rocha e Garcia (2008) para falar dos *grups* traz uma visão positiva deste fenômeno de unificação de gerações, caracterizando-o como uma nova forma de existência na qual os pais,

diferentemente de seus próprios pais e avós, defendem seu direito à realização de projetos e desejos pessoais e sua liberdade quanto às amarras das exigências parentais tradicionais. Já o “III Dossiê universo jovem” mostra que mais da metade dos jovens entrevistados expressam desconforto ante a postura excessivamente “amiga” e demasiadamente pouco “parental” que os pais vêm adotando nas relações familiares (Haag, 2007).

Neste contexto em que as figuras parentais também assumem um estilo adolescente de existência, é evidente a fragilização progressiva de sua autoridade simbólica.

[...] passou a ser não apenas comum mas também aceitável que pais e filhos pudessem usar drogas juntos, fazendo confissões e lembranças de suas histórias, como se fossem velhos amigos. Ou, então, tomarem porres juntos e desabafarem as suas mágoas, ressentimentos e angústias. Da mesma forma, confidências sobre as vidas amorosas de cada um passaram também a ser trocadas, como se se tratasse de figuras quase iguais e como se a hierarquia simbólica e a assimetria geracional deixassem de existir (Birman, 2008, p. 99).

Passemos, então, com mais vagar, ao exame da questão da autoridade simbólica e das possíveis consequências de sua progressiva fragilização.

Autoridade, hierarquia e assimetria: importância simbólica

É preciso cautela ao lidar com a questão da autoridade. Birman (2008) escreve sobre a necessidade do cuidado quanto ao apelo à autoridade, para que esse apelo não justifique o fortalecimento da repressão

(familiar, policial ou escolar). Consideramos, nesse sentido, que autoridade e autoritarismo não podem ser confundidos.

Atentos ao cuidado demandado pela questão, situamo-nos junto àqueles que acreditam na importância simbólica das figuras de autoridade na organização social. Freud mesmo já havia dado relevo a essa importância. Em “O mal-estar na civilização” (1930/1976), ele chama a atenção dos leitores para um fenômeno que denomina “pobreza psicológica dos grupos” (p. 138) e considera um perigo, declarando que esse fenômeno aconteceria com mais facilidade exatamente nas sociedades em que as figuras de autoridade não assumissem seu devido destaque.

É válido salientar que quando nos remetemos à noção de autoridade queremos, sobretudo, designar um lugar simbólico, uma função estruturante tanto do psiquismo individual quanto da formação de uma coletividade. De acordo com José Newton Garcia de Araújo (2001), sem veicular normas e leis por meio de figuras de autoridade, não é possível que se sustente o laço social. Segundo Freud (1976), sem lei ficamos “à mercê da força bruta” (p. 116).

O que ocorre, porém, na atualidade, dentre muitos outros aspectos, é que o destaque que deveria ser assumido pelas figuras de autoridade vem sendo delas “usurpado” por outra figura. Se antes eram as figuras de autoridade que se estabeleciam como referências, transmitindo o significado do que era “o Bem” e prezando valores relacionados à família, ao trabalho e ao civismo, assistimos hoje à ascensão da figura

da celebridade. Sobre essa “substituição”, Jurandir Freire Costa (2004) pondera que as figuras de autoridade

[...] tiveram as suas vozes abafadas pelo estardalhaço da moda e dos mitos científicos. Ciência e moda são práticas sociais que se alimentam da mesma fonte, a irrelevância do que passou. [...] Encolhida entre as duas, a autoridade parece minguar. Autoridade é sabedoria fundada na história. Não se pode ‘ter ou ser autoridade’ no que ainda não aconteceu ou no que aconteceu, mas não resistiu à prova do tempo. Autoridade em *coisas futuras ou passageiras* é um contrassenso. Em consequência, o lugar da autoridade foi tomado pela *celebridade* (p. 169: grifos do autor).

São, então, as celebridades que assumem, hoje, o papel de formadoras de hábitos e opiniões. No entanto, sua ética não é nada semelhante à da autoridade, e seu lugar de destaque não se deve à posse de valores morais. Costa (2004) afirma que a maior parte das pessoas tem consciência de que o mérito da celebridade é questionável, dado o seu desapego à moralidade. Mesmo assim, os indivíduos ambicionam ser como as celebridades por perceberem que elas são as únicas merecedoras de reverência, estando o restante da sociedade condenado ao anonimato. Esse paradoxo gera, nas palavras do próprio autor, “um efeito cultural desagregador” (p. 172).

Saindo do meio mais amplo da cultura contemporânea, concentremo-nos no que diz respeito, especificamente, à questão da autoridade simbólica no seio das relações familiares. Steven Wainrib (2002) sublinha que o grupo familiar está longe de ser um grupo como outro qualquer no que diz respeito aos vínculos simbólicos. A família possui a peculiaridade de ser organizada por

um sistema particular e estruturante: o sistema de parentesco. Tal sistema comporta um conjunto de direitos, deveres e interditos que, ao mesmo tempo, unem e diferenciam os lugares e as gerações, garantindo o estabelecimento de vínculos simbólicos, nos quais o reconhecimento do lugar de cada membro está assegurado. Os lugares instituídos pelo sistema de parentesco não são, nas palavras do autor, “nem intercambiáveis, nem simétricos” (p. 210: tradução nossa), e essa ausência de intercambialidade e essa assimetria são responsáveis pelo afastamento da ameaça de redução dos membros da família ao estatuto de objetos narcísicos.

Eiguer (2008) também realça a importância simbólica do sistema de parentesco. Ele explica que as diferenças (entre os sexos, entre as gerações) não devem ser compreendidas como subsídio à dominação de uns por outros, e, sim, como geradoras de movimento de uns em direção a outros, movimento que está em jogo nas condutas de aproximação recíproca, nos afetos e nas fantasias. As diferenças “[...] existem para lembrar a necessidade do outro, para evitar que o outro seja omitido ou anulado, para sublinhar suas riquezas e para aprofundar e perpetuar isto que é a base da psicologia humana: o vínculo” (p. 20: tradução nossa). Logo, estão a serviço da criação de um diálogo. O autor sustenta, desse modo, que é preciso que existam diferenças no meio familiar e aponta para o significativo papel da autoridade na autorização, no asseguramento e na facilitação da transmissão nesse meio.

Discordamos, em parte, de Wainrib (2002) no que diz respeito à necessidade de não haver intercambialidade dos lugares estabelecidos pelo sistema de parentesco para que o reconhecimento desses lugares esteja garantido. Nossa parcial discordância deve-se ao fato de não enxergarmos a existência de uma “ordem natural” no que se refere aos lugares ocupados por homens e mulheres no interior da família. Isso significa que não problematizamos o intercâmbio, entre homens e mulheres, de funções que outrora eram definidas como exclusivamente masculinas ou femininas.

Porém, também apostamos na necessidade de manutenção de diferenças e de uma assimetria no âmbito familiar. Ou seja, cremos na necessidade de uma demarcação dos lugares com suas funções, por mais que não demos relevância a quem, em termos de homem/mulher, ocupará cada um dos lugares demarcados. Além disso, cremos que, “em se tratando de pais e filhos”, os primeiros não podem se colocar e ser encarados pelos últimos como figuras quase iguais. Isto é, acreditamos que a hierarquia simbólica e a assimetria geracional – mencionadas por Birman (2008) na citação do fim do tópico anterior – não podem deixar de existir.

Interrogar-se acerca da melhor maneira de exercer a autoridade sobre os filhos não é o que vem produzindo ruído no meio familiar. O problema é que observamos, atualmente, essa interrogação tomar conta das figuras parentais e propendê-las à paralisação, de forma que elas vêm se inclinando a ausentar-se do exercício da

autoridade, borrando, assim, as diferenças simbólicas que deveriam marcar o pertencimento geracional e tendendo a estabelecer relações simétricas com seus filhos. Eiguer (2008), como Birman (2008), também problematiza, nesse sentido, o tratamento como quase iguais entre pais e filhos e a falta de reserva, por parte dos pais, quanto à sua vida íntima, sentimental e sexual.

As recomposições que vigoram nas famílias da atualidade contribuem, ainda, para o comprometimento da construção de uma hierarquia simbólica, uma vez que, diante delas, assistimos às figuras parentais perplexas frente a perguntas como: qual é o meu papel junto aos filhos com os quais não vivo mais? E junto aos filhos de meu(minha) novo(a) companheiro(a) com quem convivo cotidianamente? A pergunta que não quer calar e para a qual nos parece que as figuras parentais têm se embaraçado para achar resposta, propendendo ao emudecimento, é: quem deve exercer autoridade sobre quem?

Consideramos ser de extrema relevância o exercício da autoridade pelas figuras parentais e o não-apagamento das diferenças que oferecem suporte à manutenção das barreiras geracionais. Para que esse exercício e esse não apagamento não sejam postos em xeque, cada um precisa poder encontrar e definir seu papel; os papéis, obviamente, precisam ser diferentes; e uma hierarquia simbólica precisa ser aí constituída. Assim sendo, é possível enxergarmos

como um papai pode se mostrar autoridade suficiente com as crianças de sua companheira, e mais tolerante com as suas;

ou como um rapaz pode ser, na sua família da semana, o mais velho responsável, e na sua família do fim de semana, o caçulinha excessivamente paparicado... [...] como um homem pode ser, em uma primeira vida, um pai um pouco ausente, não muito investido, e numa segunda vida, um papai preocupado e presente; ou ao mesmo tempo um celibatário sem criança assumida e o pai-padrinho muito engajado do filho de sua irmã celibatária ou de uma amiga lésbica... (Hefez, 2008, p. 154-155: tradução nossa).

Considerações Finais

Todas as figuras são possíveis nas mais diversas configurações familiares hoje existentes. Mas, como já escrevemos, fazemos eco com Serge Hefez (2008): para qualquer configuração familiar “funcionar”, é preciso que “cada um ache nela seu lugar” (p. 155). Entretanto, como vimos buscando sustentar, as figuras parentais encontram-se, pensamos poder dizer, perdidas, tendendo à incapacidade de achar seus lugares, de exercer sua autoridade e de, dessa forma, deixar marcadas as diferenças simbólicas que dão ensejo à assimetria geracional.

Hugo Mayer (1997), ao asseverar que a família atual está em crise, remete essa situação crítica precisamente à falta de estabilidade e à incerteza que estão em jogo no desempenho dos papéis dos membros da família contemporânea. Ele afirma, no que concerne às figuras parentais, que a ambiguidade do lugar ocupado por homens e mulheres como pais na atualidade é um dos principais fatores geradores de crise na instituição familiar. Essa afirmação corrobora o que vimos tentando mostrar sobre a importância de homens e mulheres, “como pais”, serem capazes de encontrar e delimitar seus papéis com suas respectivas

funções, exercendo sua autoridade simbólica e assegurando a manutenção da assimetria geracional.

Eiguer (2001) diz claramente que é preciso, nas interações com seus filhos, que os pais conservem o “modo pessoal de adulto” (p. 15: tradução nossa) para que as barreiras geracionais não se apaguem. Ele qualifica a assimetria geracional como criativa, explicando que ela provê a parentalidade de um senso forte, e articula o disfuncionamento da família a complicações na instauração dessa assimetria.

Voltando ao que desenvolve Mayer (1997), na família dos dias de hoje, os filhos acham-se “afetivamente órfãos, sem uma figura de pai forte, respeitável, que proteja, e sem a sustentação de uma mãe terna, tolerante”. Esses filhos estão “à deriva, sofrendo traumáticamente o impacto das contradições sociais” (p. 86: tradução nossa). O autor considera que, na atual ausência de um grupo familiar que possa mediar e processar adequadamente as contradições sociais, intensificam-se fenômenos subjetivos como a sobre-excitação e a compulsão à repetição – fenômenos notoriamente envolvidos na drogadicção.

Essa imagem exposta dos filhos “à deriva” no grupo familiar dos dias atuais nos remete à noção de desamparo originário na medida em que tal contexto familiar envolve uma tendência ao desaparecimento das possibilidades de mediação, de processamento da força pulsional – e que o desamparo, sob a ótica psicanalítica, pode ser entendido como protótipo de toda situação traumática, conforme sustentado

por Freud em “Inibições, sintomas e ansiedade” (1926/1976). Isto é, como um estado no qual o sujeito se vê inundado por um excesso de excitações que ultrapassa a sua capacidade de ligação.

A revivência do desamparo constitui experiência típica da adolescência, ligada à violência interna excessiva engendrada pelas mudanças pubertárias e pelo conseqüente surgimento de uma nova pulsionalidade. É árdua a tarefa do adolescente de “passar além” dessa revivência e, para cumpri-la, ele precisa elaborar a violência interna – violência pulsional excessiva e apassivadora, que invade o território egoico. No entanto, interrogamos: não seria ainda mais árdua, até mesmo hercúlea, a tarefa de elaborar a violência interna, “passar além” da revivência do desamparo e, desse modo, dar entrada na vida adulta diante do agravamento da experiência do desamparo que, a nosso ver, desponta como uma das possíveis conseqüências da fragilização da autoridade simbólica das figuras parentais?

Se a dimensão de violência psíquica atravessa sempre a passagem pela adolescência, parece-nos que, no meio familiar da atualidade, essa violência interna encontra-se recrudescida – conforme buscamos demonstrar por mais de um ângulo e logo de início neste trabalho, ao expor nossa hipótese acerca da existência de forte resistência, por parte dos jovens da contemporaneidade, ao trabalho de luto dos pais infantis –, obstruindo a transição do sujeito adolescente para a vida adulta. Atravessados por tal recrudescimento, “entrevados” em seus processos

subjetivantes e aprisionados num modo de funcionamento mental narcísico e infantil, os jovens contemporâneos – sejam eles adolescentes de fatos ou jovens adultos que podem ser designados como adolescentes “encruados” – tendem, como analisamos, com mais facilidade a lançar mão do abuso de substâncias tóxicas.

Referências

- Araújo, J. N. G. (2001). Função paterna e constituição dos grupos sociais. In J. N. G. Araújo et al. (Orgs.), *Figura paterna e ordem social: Tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas* (pp. 17-28). Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas.
- Baranes, J. J. (2002). Le repentir d'un analyste : Nouveaux développements pour le transgénérationnel. *Revue Française de Psychanalyse*, Tome LXVI, 159-166.
- Barros, J. A., Júnior, J. & Nascimento, C. (2008, Abril). A balada mortal. *O Dia*, Rio de Janeiro, 6 abril, 2008. *Ecstasy Série Especial*, pp. 29-34.
- Birman, J. (2006). Tatuando o desamparo. In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescentes* (pp. 25-43). São Paulo: Escuta.
- Birman, J. (2008). Adolescência sem fim? Peripécias do sujeito num mundo pós-edipiano. In M. R. Cardoso, & F. Marty (Orgs.), *Destinos da adolescência* (pp. 81-105). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Birraux, A. (2007). Alcoolique, une identité. In P. Huerre, & F. Marty (Orgs.), *Alcool et adolescence: Jeunes en quête d'ivresse* (pp. 79-107). Paris: Albin Michel.
- Cardoso, M. R. (2001). Adolescência e violência: uma questão de “fronteiras”? In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescência: Reflexões psicanalíticas* (pp. 41-53). Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ.
- Cardoso, M. R. (Org.) (2004). *Limites*. São Paulo: Escuta.
- Cardoso, M. R. (2006). Entrevista com Jurandir Freire Costa. In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescentes* (pp. 17-23). São Paulo: Escuta.
- Costa, A. C. & Motta, C. (2006, Dezembro). Aumenta o consumo de LSD, ecstasy e Special K. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 dezembro, 2006.

Rio, p. 17.

Costa, J. F. (2004). *O vestígio e a aura: Corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.

Eiguer, A. (2001). *La famille de l'adolescent: Le retour des ancêtres*. Paris: Éditions in Press.

Eiguer, A. (2008). Une psychanalyse pour une famille en changement. In J. Ain (Org.), *Familles, explosion ou évolution?* (pp. 19-31). Toulouse: Érès.

Figueiredo, L. C. (2006). Saindo da adolescência. In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescentes* (pp. 63-75). São Paulo: Escuta.

Freud, S. (1976). Inibições, sintomas e ansiedade. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XX, pp. 107-201). Rio de Janeiro: Imago (Obra original publicada em 1926).

Freud, S. (1976). O mal-estar na civilização. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XXI, pp. 81-171). Rio de Janeiro: Imago (Obra original publicada em 1930).

Haag, C. (2007, Março). A pedra no meio do caminho: como o advento da adolescência “engoliu” os adultos do planeta. *Revista Pesquisa Fapesp*, 133, 2007. Recuperado em 15 de Agosto de 2009, de <http://www.revistapesquisafapesp.br>

Hefez, S. (2008). Au nom du père. In J. Ain (Org.), *Familles, explosion ou évolution?* (pp. 147-157). Toulouse: Érès.

Knobel, M. (1981). A síndrome da adolescência normal. In A. Aberastury, & M. Knobel (Orgs.), *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico* (pp. 24-59). Porto Alegre: Artes Médicas.

Mayer, H. (1997). *Adicciones: Un mal de la posmodernidad. Teoría, clínica, abordajes*. Buenos Aires: Corregidor.

Pinheiro, T. (2001). Narcisismo, sexualidade e morte. In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescência: Reflexões psicanalíticas* (pp. 69-79). Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ.

Rocha, A. P. R., & Garcia, C. A. (2008). A adolescência como ideal cultural contemporâneo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(3), 622-631.

Wainrib, S. (2002). Des familles qui vous collent à la peau: les liens trans-subjectifs. *Revue Française de Psychanalyse*, Tome LXVI, 197-213.

WHO (2012). Adolescent Health. *World Health Organization* (homepage). Recuperado em 22 de Janeiro de 2012, de http://www.who.int/topics/adolescent_health/en

Recebido em: 30/09/2011

Aceito em: 01/02/2012